

O capital contra a história – gênese e estrutura da crise contemporânea

de Osvaldo Coggiola *

Balanço e ruptura histórica

Angélica Lovatto **

Todo final de século sempre abre a possibilidade de balanço e reflexão crítica do passado no sentido de perspectivas de transformação futura. Não seria impróprio considerar que este livro de Osvaldo Coggiola se insere dentro desse espírito.

O sociólogo Octávio Ianni, prefaciador do livro, parece concordar: “É importante reconhecer que este livro é uma expressão notável desta época, quando se encerra o século XX e inicia-se o século XXI. É muito sintomático que a transição, crise ou ruptura que se acha em curso nesta época inspire o pensamento dialético a repensar muito do que se sabia, do que já se sabe e do que será indispensável e urgente saber” (2002: 7).

Segundo o próprio autor, o livro representa o resultado de debates não só acadêmicos como políticos. Isso revela um talhe característico de sua produção teórica, que busca constantemente vincular teoria e prática, desacreditando da proclamada “neutralidade axiológica”, tão ao gosto do pensamento conservador. Ele anuncia claramente que seu objetivo é “a determinação da possibilidade das necessidades *objetivas* da reorganização socialista da humanidade, no atual estágio histórico do domínio mundial do capital” (2002: 9).

O livro tem sua base na pesquisa histórica, a partir dos temas tratados nos trabalhos de pesquisa orientados por Osvaldo Coggiola na Universidade de São Paulo, onde é professor de História Contemporânea. Além disso, o autor ressalta que o livro tomou sua forma final, num estágio de pesquisa e docência na Universidade degli Studi “La Sapienza”, de Roma, em 2001. Esse

* São Paulo: Xamã/Pulsar, 2002.

** Membro do NEILS, doutoranda em Ciências Sociais PUC-SP e professora da Fundação Santo André.

professor e escritor argentino – radicado no Brasil há mais de 20 anos e Doutor em História pela Escola de Altos Estudos Sociais da Universidade de Paris – publica, com este, seu 34º livro.

Osvaldo Coggiola, que entende o marxismo como “a especificação histórica de todas as relações econômicas e sociais” (2002: 12), apresenta o livro em 10 capítulos. Neles, faz uma espécie de história da crítica do capital, desde sua gênese até os debates contemporâneos, onde não faltou, inclusive, uma abordagem sobre a luta de classes nos Estados Unidos da América (capítulo VII).

Em sua análise, a atual crise não seria conjuntural ou cíclica, mas histórica. O capitalismo estaria marcado por várias crises desde o final do século XVIII, mas cada uma delas com uma dinâmica própria. Nos capítulos I e II, o autor introduz largamente esse conjunto de temas que vão se explicitar ao longo do livro. É a partir do capítulo III que ele passa a fazer a análise da especificidade da acumulação e crise da dinâmica econômica capitalista, percorrendo um caminho que exige a reconstituição teórica e histórica dessa dinâmica, para somente no capítulo IV iniciar a discussão da constituição do trabalho como subjetividade. Neste último, Coggiola aborda a história do movimento operário do século XIX até princípio do XX. É por isso que no capítulo V ele passa a tratar explicitamente do papel do imperialismo ou o que chama de “capitalismo realmente existente”, caracterizando que não se pode simplesmente “considerar o imperialismo como uma etapa passageira da ‘economia-mundo’, independentemente do regime social imperante, mas a forma histórica necessária que a unidade econômica do mundo poderia ter sobre a base do seu desenvolvimento desigual” (2002: 207).

Após deter-se, nesta primeira metade de seu livro, na análise da forma histórica concreta que o imperialismo representa, Coggiola passa a se dedicar ao que denomina de “era da revolução proletária”, que é o tema do capítulo VI. Ele afirma tratar-se de uma evidência empírica e não uma mera dedução teórica, a entrada do mundo numa “era de guerras e revoluções” na virada do século XIX para o XX. Esse capítulo dá a chance para que seja colocada em sua devida importância a ocorrência da Comuna de Paris de 1871, que sofreu uma espécie de “esquecimento” singular em função da Revolução Russa de 1917. O autor faz sua análise com a seguinte premissa: “Não se pode abordar a vitória da revolução russa sem mencionar seu grande antecedente histórico (a Comuna de Paris), e os antecedentes teóricos que fundamentaram seu caráter socialista. Esses possuem especial importância devido ao fato do fracasso ulterior do ‘socialismo real’ ter sido quase universalmente explicado devido a uma suposta anormalidade histórica” (2002: 237), isto é, no fato de a revolução anticapitalista ter começado num país relativamente atrasado e não na ponta do desenvolvimento capitalista mundial.

É este momento de sua análise que dá a conexão com o capítulo VIII (não sem antes explicitar no capítulo VII a emergência da supremacia americana no cenário internacional a partir da Segunda Guerra Mundial), quando o autor passa a tratar da importância teórica e política de Trotsky e da morte do chamado “socialismo nacional”. Este capítulo conta, particularmente, com muitos dados estatísticos sobre a situação da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, o que parece demonstrar a preocupação do autor com uma abordagem que esteja fundamentada na situação concreta vivida por aqueles países num contexto peculiar do século XX.

Se nesses últimos três capítulos o autor fornece toda uma reconstituição histórica detalhada da gênese e desenvolvimento da chamada “Guerra Fria”, será no longo capítulo IX que ele vai efetivar a centralidade de sua análise sobre o capitalismo do pós-guerra, mostrando não só seu momento de pico, mas fundamentalmente a longa crise que se seguiu. Serão mostrados dados estatísticos sobre os países da OCDE, para fundamentar sua análise de que durante a fase capitalista expansiva posterior à Segunda Guerra Mundial “a estabilidade política só existiu, em termos, no centro do sistema”. E isso só foi possível depois de se terem “debelado diversas situações revolucionárias ao final da conflagração bélica”. O autor está se referindo à onda de guerras e revoluções que “continuou a varrer as nações oprimidas, a começar pela China em 1949” (2002: 453). Esse será o tema do décimo e último capítulo do livro – O trabalho na crise do capital – iniciado com a demarcação da ocorrência das revoluções ocorridas desde a China (passando pela “Comuna de Xangai” de janeiro de 1967, pelas várias mobilizações revolucionárias na América Latina entre 1960 e 70, Cuba etc.) até a Revolução Portuguesa de 1974-75.

Finalmente, o autor vai chegando aos momentos derradeiros do século XX e início do XXI – demonstrando inclusive como se compôs o custo médio da mão-de-obra por hora trabalhada na indústria de transformação – até concluir que, paradoxalmente, “a internacionalização sem precedentes históricos da produção, de um lado, e a quebra dos regimes stalinistas, pelo outro, criam tanto as bases para uma saída capitalista reacionária da crise, quanto aquelas para a reconstituição, em escala nunca vista, do internacionalismo proletário” (2002: 491). O autor trabalha em favor deste último, propondo “uma *organização política, internacional e independente*”.